

ARTIGO

O MUNDO DA HINTERLÂNDIA E OS AVANÇOS DA  
FRONTEIRA NO ESPAÇO TOCANTINENSE

**Resumo**

As categorias do imaginário responsáveis em munir o ideário nacional da ideia de ser da hinterlândia, atendo-se aqui a formação do estado do Tocantins, apresentavam a região como selvagem, exótica e distante. A hinterlândia, o sertão, não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados lugares; um símbolo imposto, uma realidade simbólica. O sertão não pode ser mensurável, já que a fronteira é movimento e seu avanço em prol do desenvolvimento, da valorização do espaço dentro do capital. O uso da terra, forma básica com a qual os homens se territorializam, desenvolvem atividades econômicas, implantam estruturas e sistemas de fixação acabam por tender a uma homogeneidade, e sob estes aspectos o Tocantins consolida-se como um sertão misturado, em que suas diversas temporalidades, criadas pelos diversos atores e suas complexidades históricas, velocidades, conflitos e intencionalidades formam um território integrado ao sistema do capital, mesmo que localizado na margem.

**Palavras-Chave:**

Fronteira; hinterlândia; Tocantins; modernização do espaço.

**Abstract**

*The categories of the imaginary charge the national ideology the idea of being about the hinterland, referring here as the formation of the state of Tocantins, which is presented as a wild, exotic and distant region. The hinterland, "o sertão", is not a place but a condition attributed to places; a symbol, a symbolic reality. "O sertão" cannot be measured, therefore the border is movement and advancement for development, the valuation of the space within the capital. The use of land, basic shape with which men use, organize and change the territory, develop economic activities, deploying structures and fastening systems eventually tend to homogeneity, and under these aspects the state of Tocantins consolidates as a space with multi characteristics, created by the various actors and their historical complexities, different time-space relations, conflict and intentions to form an integrated system of Capital, even if located on the shore territory.*

**Keywords:**

*Frontier; hinterland; Tocantins; space modernization.*

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Mestra e graduada (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela UNICAMP. Professora visitante da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP/MG

## Introdução

A hinterlândia<sup>1</sup> pode ser colocada primeiramente como sertão: um espaço para a expansão, incorporação aos fluxos econômicos ou a uma esfera de poder que ainda lhe escapa, em que “conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão” (MORAES, 2003, p.14). Este movimento do (des)conhecido foge a própria expansão da fronteira, já que os movimentos de incorporação são planejados, seguindo dialogicamente os movimentos da franja pioneira, do movimento de incorporação e consolidação do mercado de terras como descrito por Monbeig (1984).

A “Marcha para Oeste” foi um marco para a expansão da fronteira agrícola, mesmo que tais áreas já fossem conhecidas por brasileiros e estrangeiros<sup>2</sup>, divergindo-se dos movimentos de expansão ocorridos no último quartel do século XIX que ainda ocorreriam a partir de um caráter espontâneo e de um tipo localizado de produção. A borracha, na Amazônia, consolidou o último capítulo da formação territorial do Brasil (SILVA, 2007). A “Marcha para Oeste” apresenta a perspectiva de organizar o espaço dentro da economia capitalista moderna, em que o desejo de especular as terras se sobrepõe ao sentido de colonizar, ocupar.

---

<sup>1</sup> O conceito de hinterlândia aqui é entendido brevemente como terra pouco ocupada, de desenvolvimento reduzido, uma “área subordinada economicamente a um centro urbano.” (Correa, 1998, p.86). O mesmo autor ainda afirma que no panorama da divisão territorial do trabalho, a articulação entre territórios especializados é fundamental ao sistema capitalista (Correa, 1994). O conceito de hinterlândia aqui definido distancia-se das vertentes expostas na revista *Geographical Review*, vol. 31, No. 2 (Apr., 1941), p. 308-311, ligada à uma hinterlândia definida por características naturais litorâneas, ou portuárias econômicas. O termo hinterlândia utilizado no trabalho aproximar-se-ia mais ao termo anglo-saxão *umland*. Concorda-se com Eugene van Cleef apenas o trecho aqui exposto: “Infelizmente, nem “umland” ou “hinterland” podem ser definidos com exatidão. Estes termos se aplicam a atividades humanas e desta feita condicionados por diversas circunstâncias. Talvez “umland” seja menos preciso que “hinterland”. Muitos elementos não geográficos afetam os limites destas regiões em questão. Elementos como taxas logísticas, influências políticas, o “acaso” de convenientes ou inconvenientes do transporte, rivalidades nacionalistas [ou empresariais], contrastes linguísticos, antagonismos sociais, restrições comerciais, e outros diversos fatores” (p.311) (Tradução minha).

<sup>2</sup> A partir de um olhar histórico eurocêntrico tem-se como marco a descoberta do Rio Tocantins pelos franceses instalados nas terras do Maranhão no início do século XVII. O desbravamento do antigo Goiás, hoje Tocantins, também foi impulsionado pelos missionários chefiados pelo Frei Cristóvão de Lisboa, que percorrendo a área do rio Tocantins fundaram a missão religiosa em 1625. Para maior conhecimento das expedições ao longo da hinterlândia no fim do século XIX e início do século XX, em especial aquelas que entrecortaram o Tocantins, ver: BRAZIL, 1876; COUDREAU, 1897, 1899; MOURA, 1910; DOLE, 1973; RODRIGUES, 1978; AUTOS DA DEVASSA, 1986 e FERNANDES NETO, 2012.

A hinterlândia, desta forma, é a região em que as frentes de expansão dariam lugar a frentes pioneiras, movimento de integração do território nacional. José de Souza Martins (1997) corrobora tal questão, em que:

O deslocamento progressivo das frentes de expansão tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial. Um outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão (MARTINS, 1997, p.27).

Distinguindo os dois conceitos, poder-se-ia dizer que a frente de expansão seria originalmente a expansão da civilização – tendo como desdobramentos o avanço da sociedade nacional, do modo capitalista de produção, não necessariamente guardando uma correlação entre si. Já a frente pioneira teria o econômico como seu movimento, a “reprodução extensiva e territorial essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma” (MARTINS, 1997, p.156).

Na obra de Pierre Monbeig (1984), apesar de não haver distinção entre os diversos termos referentes à fronteira, poder-se-ia classificar tais termos em três categorias: espacial, trabalho e atividade, na tentativa de compreender as nuances das questões que envolvem a fronteira, já que a diversidade de expressões acerca da fronteira enfatiza sua multiplicidade de sentidos, que vão além do olhar meramente geográfico<sup>3</sup>. Os termos foram aqui organizados por ordem de apresentação no texto de Monbeig e por relevância:

*Espacial:* regiões pioneiras, novas regiões pioneiras, franja, mancha pioneira (ou mancha dos pioneiros), zona nova, manchas de povoamento pioneiro, frente pioneira, área pioneira, planaltos pioneiros, cidades pioneiras, mundo pioneiro, marcha pioneira, marcha pioneira moderna, *front*, terra nova, zona de sertão, sertão, municípios pioneiros, fronteiras naturais;

*Atividade:* movimento pioneiro, agricultura pioneira, economia pioneira, frente de povoamento, cultura (referente ou cultivo) pioneira, pecuária pioneira, nomadismo pioneiro, povoamento pioneiro, deslocamento pioneiro, produção pioneira, cultura de subsistência pioneira, cereais pioneiros, movimento de expansão;

---

<sup>3</sup> Sobre os diversos estudos sobre fronteira que perpassam a Geografia acessar VIEIRA, Alberto, Bibliografias-Fronteira, Funchal, CEHA, 2013.

*Trabalho:* pioneiro, fazendeiro pioneiro, agricultores pioneiros, massa de pioneiros, senhor do mundo pioneiro, pioneiro moderno;

*Outros:* sociedade pioneira, avanço pioneiro, universo pioneiro, rodovia pioneira, grupos pioneiros.

Monbeig define a “franja pioneira” como uma expressão vaga, onde a fronteira seria uma região instável e incerta, que progride irregularmente e em direções difusas (MONBEIG, 1984, p.165). Leo Waibel é outro autor importante para auxiliar na distinção dos movimentos de expansão, em que o pioneiro não significa somente aquele que vive numa fronteira espacial; ele expande a ocupação do espaço, mas também cria novos padrões e técnicas de vida (SILVA, 2007). Waibel permite diferenciar os conceitos de fronteira e de zona pioneira, considerando que a expansão da fronteira que havia adentrado o país pela pecuária não consolidou um povoamento e nem melhorou o padrão de vida. Deste modo, o pioneiro cria um tipo de paisagem que não é a terra civilizada e nem é mais o sertão, definindo assim a zona pioneira. O cultivo da terra é o que constitui o fundamento econômico da zona pioneira, distanciando-se do padrão da “Marcha para Oeste” norte-americana e colocando o camponês segundo conceituações europeias como o elemento que caracteriza a zona pioneira. Outro aspecto que Waibel aborda justificando sua escolha pelo termo “zona pioneira” é a sua localização em áreas de povoamento mais antigos e próximos às vias de circulação modernas, estradas e ferrovias. Isso demonstra que a economia pioneira era relevante para aos mercados de escalas maiores – a “zona pioneira” representava uma situação de momento, podendo ser uma via eficaz de colonização (SILVA, 2007, p.80). Já as “frentes” (pioneiras, de expansão, de povoamento) podem ser diferenciadas pelo caráter espontâneo ou privado, com mínima intervenção estatal (MACHADO, 1992).

Não cabe nos trabalhos de Waibel<sup>4</sup> a definição sobre fronteira agrícola que transforma o espaço a partir dos elementos de expansão da civilização tecno-mercantil. Lígia Osório Machado (1992, p.35-37) define que as “fronteiras agrícolas” têm padrão espacial estreitamente vinculado à expansão das vias de circulação; atrelados a movimentos espontâneos de imigração e de iniciativa de projetos de colonização oficial ou privado, podendo estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, na policultura, com grau de tecnificação e investimento variado.

A partir do conceito de fronteira agrícola, entende-se que sua expansão no território brasileiro estava vinculada ao aumento de produção com baixo coeficiente de

---

<sup>4</sup> Um fato interessante é que para Waibel (1979, p.309) as regiões Norte e Centro-Oeste não seriam favoráveis à agricultura intensiva devido às condições naturais, afirmando que a ocupação da hinterlândia era de caráter mais geopolítico que econômico.

capitalização, sem criar obstáculos para a acumulação urbano-industrial, expropriando os pequenos produtores e trabalhadores rurais que também avançavam com a fronteira, criando um movimento contraditório do espaço, em que a não ocupação efetiva e intensiva da terra também serve ao capital. Neste sentido, considera-se até a década de 1920 o Estado de Goiás como frente pioneira. O estado permaneceu semi-isolado do restante do país, mantendo vínculos econômicos que se refere ao comércio de gado, em principal para o centro-sul e uma produção agrícola de subsistência. Em 1913 a região foi cortada pela estrada de ferro que alcançou o município de Ipameri-GO e assim passou a receber um fluxo migratório mais intenso. “Esta ocupação desenvolveu-se de duas formas, constituindo-se em ‘frentes pioneiras’ as áreas próximas à estrada de ferro e em alargamento das ‘frentes de expansão’ as áreas mais distantes constituídas por terras devolutas” (CARNEIRO, 1988, p.71). Contudo, esta franja pioneira não alcançava a parte norte do estado goiano, área compreendida pelo atual estado do Tocantins.

Na década de 1940, foi criada a Fundação Brasil Central – FBC, que instrumentalizou a “Marcha para o Oeste”, posteriormente extinta e anexada à Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO em 1967, um ano depois da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (BRASIL, 2001). Os objetivos destas instituições, e da Marcha para o Oeste, eram atrair capital nacional e estrangeiro e preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento desse capital, que não menosprezava a vocação agropecuária, num primeiro momento mais intenso nas margens do rio Araguaia. O Tocantins era caracterizado por “um grande ‘bolsão de miséria’ deslocado e distante do processo de modernização agrícola que dinamizou grande parte do território goiano” (AJARA et al., 1991, p.5).

A crescente vinculação da nação ao território passa paulatinamente a mediar a definição de Estado soberano. Atrelado de forma definitiva à tarefa de delimitação espacial de uma área homogênea, o estado deve estar sob sua jurisdição direta, apontando para as intrincadas interações que se observam entre o espaço construído herdado. Tal espaço é uma rugosidade fruto do desenrolar histórico de ações colonizadoras, que cria construções identitárias de base espacial nascidas em meio ao surgimento e afirmação do nacionalismo (NOGUEIRA, 2012).

As categorias do imaginário responsáveis em munir o ideário nacional da ideia de ser do Tocantins apresentavam a região como selvagem, exótica e distante; povoada por índios, sertanejos e garimpeiros. Um sertão ainda atrasado, não integrado à civilidade brasileira. A ideia de um deserto de homens menospreza o papel desem-

penhado pelas comunidades indígenas, de sertanistas e estrangeiros que também adentraram o sertão tocantinense. A história do sertão remonta à entrada do sistema mercantil exportador associado à expropriação das comunidades tradicionais.

A primeira metade do século XX desembocou na abertura de estradas, pistas de aviões, fazendas de gado e cidades. Para Monbeig (1984), “quando esta [ferrovia] prolonga os trilhos, embrenha-se o homem mais para dentro do sertão” (p.121). Neste sentido, pode-se afirmar que o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados lugares; um símbolo imposto, uma realidade simbólica (MORAES, 2003). O sertão não pode ser mensurável, já que a fronteira é movimento e seu avanço em prol do desenvolvimento, da valoração do espaço dentro do capital, do “fim do atraso” é a ação de chegar até o sertão e reconfigurá-lo, não necessariamente colocando-o como centralidade, mas certamente transformando-o como homogeneidade no espaço, produzindo-o a partir do mesmo modo de produção<sup>5</sup>, de circulação, de trabalho e de signos. A civilidade pressupunha a incorporação da disciplina do trabalho, hábitos de higiene, de moradia e de costumes considerados tradicionais. A relação entre o sertão e o processo de colonização é estreita. Iluminar o sertão seria imputar o sistema de valor daquilo que nega o sertão, concebido no discurso hegemônico também como um território não urbanizado.

A relação com a natureza e as culturas rurais que vinham se desenvolvendo autarquicamente entra no projeto dominador que as cidades modernizadas levam a cabo, buscando integrar o território nacional sob a norma urbana (RAMA, 1985). A modernidade está associada à racionalização que impõe a destruição das relações sócio-espaciais, costumes e crenças. Portanto, a expansão da fronteira até os rincões do Brasil leva ao outro (representado pelos índios, quilombolas, ribeirinhas e sertanejos) os objetos<sup>6</sup> do urbano, criando uma rede produzida pela inteligência racionalizante que, através da mecanicidade das leis institui a ordem<sup>7</sup> urbana. “*Tais elementos ordenam o mundo físico, normalizam a vida da comunidade e se opõem à fragmentação e ao particularismo de qualquer invenção sensível*” (RAMA, 1985, p.51).

Sobre o viés da unicidade da técnica como processo de hegemonização, Milton Santos apresenta que os objetos mundializados, que participam de um mesmo siste-

<sup>5</sup> Entende-se que o modo de produção projeta relações temporais e sociais no espaço (LEFEBVRE, 2006).

<sup>6</sup> O objeto nele mesmo e no seu próprio ser nos levam a ideia de coisa. Mas quando se vê o objeto enquanto representação de outro, a ideia que se tem dele é a de signo. Assim, o signo encerra duas ideias, uma de coisa que representa e outra de coisa representada, e sua natureza consiste em provocar a segunda ideia através da primeira (RAMA, 1985).

<sup>7</sup> “... a ordem dos signos imprimiu sua potencialidade sobre o real, fixando marcas, se não perenes, pelo menos tão vigorosas para que ainda subsistiam hoje e as encontremos em nossas cidades; mais radicalmente, na eminência de ver esgotada sua mensagem demonstrou assombrosa capacidade para rearticular uma nova, sem por isso abandonar sua primazia hierárquica” (RAMA, 1985, p.33).

ma técnico travam um conflito permanente entre o tempo dos atores hegemônicos e dos atores não-hegemônicos (SANTOS, 1994). Entretanto, o Estado planifica o tempo, reduzindo as diferenças, as repetições, as circularidades e particularidades, se impondo como vetor do local e regional ao global.

O uso da terra, forma básica com a qual os homens se territorializam, desenvolvem atividades econômicas, implantam estruturas e sistemas de fixação acabam por tender a homogeneidade, e sob estes aspectos o Tocantins, antigo “nortão goiano”, consolida-se como um sertão misturado, em que suas diversas temporalidades, criadas pelos diversos atores e suas complexidades, velocidades, conflitos e intencionalidades formam um território integrado ao sistema do capital.

### *Tocantins: um espaço multifacetado pertencente ao capital*

A expansão da fronteira está associada diretamente ao aumento da participação governamental no processo de ocupação no interior do país. Este movimento refletiu na legalização e implantação de projetos de colonização, priorizando um fluxo determinado de migração e dando uma crescente complexidade à ocupação do espaço, com reprodução de relações diversas de trabalho.

Assim como observamos que há um processo de consolidação entre as reformas de um poder de fato urbano no Brasil, a constituição do território tocantinense, mesmo com os movimentos separatistas do início do século XIX<sup>8</sup> e que ganharam força na década de 1950 (tendo como marco o ano de 1956, em que foi lançado o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, em Porto Nacional), não havia se consolidado. Era necessário que não só a normatização sobre tal espaço fosse mais flexível do que aquela já iniciada pelos planos de desenvolvimento da Amazônia ou para integração nacional, mas que os poderes das elites locais e os grupos que lideravam o movimento pela emancipação do Tocantins fossem rearranjados. A ocupação territorial do Norte Goiano e a criação do Tocantins foram impulsionados pela Política do Governo Vargas, a “Marcha para Oeste” e a construção da Belém-Brasília, na tentativa de interiorizar o desenvolvimento capitalista no Brasil. (LIRA, 2011).

A dinamização de fluxos comerciais foi subsidiária da ocupação de terras, o que possivelmente vem revelar que a finalidade geopolítica, expressão da valorização política do espaço, parece prevalecer ante o aspecto econômico estrito senso da or-

---

<sup>8</sup> O primeiro movimento separatista do Tocantins ocorreu em 1821, ainda quando a região era denominada de São João de Duas Barracas, impulsionado pelos altos impostos e pouco investimento na região, que transportava mercadorias do Vale Araguaia para o Pará. (BRASIL, 2001; LIRA, 2011).

ganização territorial que inclui a região no circuito de trocas desiguais. Neste sentido, a “estrutura oligárquica vem acompanhada da política de controle monopólico de bens de produção, num contexto de altas taxas de analfabetismo, isolamento político-econômico, e burocratização dos recursos, que necessariamente perpassam o poder oligárquico” (EMMI, 1999, p.55). Era imprescindível quebrar o poder oligárquico e permitir que a estrutura federativa estatal permeasse todo o território, de modo que o capital estrangeiro atingisse a célula de acumulação primitiva na hinterlândia.

A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando seus ganhos. Essa centralidade obedece ao modo de produção já preexistente, penetrando e subvertendo as estruturas criadas no espaço para privilegiar um grupo hegemônico que agora se apoia nas vias institucionais. É importante deixar claro que o que houve não foi um rompimento político e sim uma adequação dos interesses do Estado nacional e da oligarquia local para que pudessem caminhar juntos. No Tocantins, ainda aparecem referências a esse poder local caracterizado por um controle paternalista, acompanhado de traços de violência - cujas formas têm variado ao longo da história e se manifestado por mecanismos que envolvem os níveis político, econômico e social.

O aumento intervencionista estatal foi possível com a reinvenção da Amazônia Legal, implantando um centralismo administrativo na região a partir da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia em 1953 e da SUDAM em 1965. Os planos para a “Amazônia Tocantinense” na década de 1970 e 80 por meio da SUDAM, POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), PRODIAT (Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins), PRODECER, GETAT9 (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) tiveram uma função mais ‘policidora’ do que integradora do território (LIRA, 2011).

Retoma-se o objetivo da expansão da fronteira agrícola: novos polos espaciais de investimento e a integração dos mercados nacionais. Uma frente de expansão maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará, gerando uma crescente ocupação do norte deste território recoberto à época pela mata de babaçu, dando espaço à rizicultura enquanto outra

---

<sup>9</sup> Apesar de interligados pelos objetivos explicitados do avanço da fronteira na Amazônia, vale ressaltar que planejamento de desenvolvimento e integração, visando a “recuperação” da economia da Bacia Amazônica teve também como objetivo mapear as riquezas amazônicas, especialmente minerais, tal como pode ser analisado no Projeto Carajás.



corrente de ocupação rumava em direção ao sudeste tocantinense motivada pelos garimpeiros maranhenses e piauienses (AJARA et. al, 1991).

A construção Belém-Brasília na década de 1960 repercutiu de imediato na intensificação do fluxo de migrantes nas margens da rodovia que já vinham se deslocando desde a década anterior, num movimento expansionista das frentes extrativista, pastoril e agrícola, e ocupando de modo rarefeito a área do Tocantins-Araguaia. A população aumentou de 328.486 em 1960 para 537.563 em 1970. Além disso, o crescimento do número de cidades e dos aparatos de infra-estrutura e consumo também levaram ao crescimento da população, que ia se modificando para uma população majoritariamente urbana. Desde então, o Tocantins vem mantendo semelhantes taxas de crescimento, chegando a uma população total de 1.478.164 em 2012 (IBGE, 2012). Mais do que o incremento populacional, a rodovia alterou, em grande parte, o sentido de ‘espontâneo’ das frentes de expansão e a direção de ocupação do Tocantins, que agora se aproximava da margem direita do rio. A migração não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional direcionadas pelo avanço da fronteira agrícola. Assim, a partir da década de 1970 a empresa agrícola se cristaliza, já que o “governo considera impraticável a colonização fundamentada em pequenos e médios proprietários frente à escala de investimentos e da organização empresarial considerados para a rápida ocupação de uma área extensa como Amazônia” (MARTINS, 1997, p.187-188). Estas empresas atraídas por incentivos fiscais se estabelecem neste primeiro momento em especial na parte oeste, ao longo do vale do Araguaia. Os empresários e pecuaristas desejavam ligar Santa Terezinha, no Mato Grosso através da rodovia GO-262, à Belém-Brasília, na altura de Rosalândia do Norte e em Goiás. Mais ao sul, a ilha do Bananal seria cortada por outra rodovia em terras do Município de Formoso do Araguaia, em Mato Grosso, à transversal à Belém-Brasília ao sul de Gurupi (BRASIL, 2001).

A separação do estado do Tocantins torna-se fundamental para a implementação do latifúndio e da empresa agrícola. Embora não seja objeto de análise, a separação política-administrativa revelou que mais do que a expressão espontânea de um anseio separatista de sua população empobrecida de origem nordestina baseada por unidades de produção e padrões de interação de pequena escala que habita o novo estado, a emancipação serviu à legitimação das elites regionais constituídas em grande parte por goianos e mineiros ligados a interesses agropecuaristas (AJARA et. al., 1991, FIRMINO et al, 2009).

A criação da CONORTE – Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1981 por um grupo elitista de burocratas e empresários nortenses que tinham suas atividades nas capitais Goiânia e Brasília foi fundamental para a emancipação do estado. O nascimento do estado de Tocantins garantiria à elite local do norte goiano espaço no cenário nacional frente ao estado de Goiás, especialmente àquela do sul do estado representada por Goiânia, que dominava a estrutura de poder e deixava o “nortão goiano” “esquecido”. A CONORTE, marco histórico do ideário separatista, tinha como objetivo técnico diagnosticar o potencial político e econômico da região. O argumento central era de que a economia tocantinense “não se encontrava isolada da economia nacional, mas a ela estava estreitamente vinculada, sobretudo enquanto fornecedora de fatores de produção (mão-de-obra e capital)” (OLIVEIRA, 1998, p. 16). Além disso, na “Carta ao Tocantins” a CONORTE aponta:

O Norte Goiano está consciente de que nenhum desenvolvimento é alcançado se a sua busca não se afirmar na trilogia infra-estrutural: ENERGIA E ESTRADAS, convergindo-se como ponto de apoio à EXPANSÃO AGROPASTORIAL.[...] Agilizar a regularização fundiária constitui assim, ação imediata, que o Norte Goiano reclama dos órgãos governamentais. E sugere, como medida mais urgente, que se acelerem os processos discriminatórios, sem perder de vista também as composições, como instrumentos indispensáveis à incorporação de novas áreas agricultáveis ao sistema produtivo (CONORTE, 1982).

Forjada as raízes históricas e as motivações separatistas a partir de tradições inventadas, nacionalismo e representação coletiva, era necessário “dividir para somar”, garantindo o poder da bancada política do sul goiano e abrindo o território do norte para explorar seu potencial econômico.

A elite que pertence hoje ao Tocantins venceu o embate da emancipação, e desde então vem viabilizando o estado política e economicamente, oferecendo condições políticas e de infraestrutura para a instalação do capital. Para tanto, organiza uma legislação favorável às grandes empresas, especialmente no setor agropecuário moderno. Assim como descrito por Becker (1982), o espaço tocantinense se reorganiza a partir de uma lógica de colonização agrícola, porém ocupada por grandes empresas; uma área de interesse nacional, mas ocupada por multinacionais; área de expansão de pastos, mas de intenso processo de urbanização.

## Considerações Finais

A fronteira agrícola, a partir dos elementos discutidos anteriormente, reflete a (re)produção de um espaço geográfico através de incorporação de terras sob a lógica dos sujeitos hegemônicos do processo de reprodução do capital frente aos espaços marginalizados.

Deste modo, a partir da expansão da frente pioneira em um espaço que se apresenta “receptivo” aos novos fenômenos da urbanização, o Tocantins é visto como um espaço com pouca rugosidade (SANTOS, 2006), poucos investimentos e infra-estruturas que pudessem dificultar a implementação de uma economia moderna. O novo urbano, tendo como “carro-chefe” a agricultura e suas inovações técnicas, se expande rapidamente pelo território a partir das condições criadas no meio *técnico-científico-informacional*<sup>10</sup>. É a agricultura moderna que desencadeia uma nova etapa de urbanização na hinterlândia<sup>11</sup>, modificando as relações espaciais, ampliando as possibilidades de comunicação e circulação no mundo através de fluxos e fixos que aceleram o tempo, ampliando as escalas de relações e configurando espaços-tempos diferenciados (SANTOS, 1993).

Nestas condições, as diversas frações do espaço estão ao alcance dos diversos capitais segundo hierarquizações e lógicas diversas na busca da eficácia do lucro com o auxílio das tecnologias e do trabalho. Quanto maior a diferença entre os tempos de produção e de trabalho, menor é a taxa de lucro da atividade, acentuando a necessi-

---

<sup>10</sup> “Meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o altocoeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção” (SANTOS, 2006, p.157).

<sup>11</sup> Não se pode perder de vista que de forma geral que “o desenvolvimento da agricultura e da indústria “periférica” não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões, resultando em maior diferenciação do espaço nacional, inclusive com aumento da heterogeneidade interna às regiões e reforço de certas “especializações”. Este fenômeno foi intensificado na última década e meia, em razão dos distintos impactos da crise e do surgimento de pequenas “ilhas” de prosperidade, dentro de um contexto de estagnação. Esta crescente “especialização” foi a contrapartida do processo de integração comandado a partir de São Paulo, uma vez que estavam bloqueadas as possibilidades de industrializações autônomas, capazes de resultar estruturas produtivas à imagem e semelhança da indústria paulista” (PACHECO, 1996, p.130). Santos, em sua obra “Economia Espacial” (1979) sob um prisma um pouco diferente também aponta: “na escala nacional a estrutura centro-periferia também aparece, desde as primeiras etapas do processo de industrialização, como uma verdadeira relação “colonial”: a periferia contribui mais para o crescimento do polo do que dele recebe de volta. A tendência secular dos termos de trocas inter-regionais sempre lhe é desfavorável, e ela permanece como produtora de bens primários, sobretudo agrícolas. Esta periferia só é capaz de acolher indústrias de transformação de matérias primas, e sua importância relativa na atividade industrial do país tende a baixar à medida que este se desenvolve” (p.77).

dade da simultaneidade entre a ordem (global) e a ação em espaços distantes (local).

Sobre a análise da evolução da agricultura na sociedade capitalista, Kautsky (1986) aponta dois pilares: “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (p.57). Do ponto de vista geográfico, a fronteira expressa a expansão agrícola em área, a concentração fundiária, a transformação das relações de produção, o êxodo rural, a modernização da base técnico-produtiva, a implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão-de-obra, a integração espacial em diversas escalas geográficas, a extensão da fronteira urbano-industrial de um país, os conflitos fundiários (SILVA, 2006). A teoria da expansão da fronteira é um desdobramento da expansão territorial do capital (MARTINS, 1996).

Em suas diversas acepções, a fronteira sempre pressupõe movimento, um embate de forças entre diferentes formas de reprodução da vida. A fronteira agrícola, a partir dos elementos discutidos anteriormente, reflete a reprodução de um espaço geográfico através de incorporação de terras sob a lógica dos sujeitos hegemônicos do processo de reprodução do capital frente aos espaços da hinterlândia.

As mudanças da relação com a terra transformam o sertão, modificam as “terras devolutas” do Estado em grandes propriedades privadas. Com a expansão de um sistema viário e projetos de desenvolvimento o Estado auxilia a entrada do capital nacional e estrangeiro no tanto na Amazônia quanto no território tocantinense. Vale lembrar que a própria construção do Tocantins está calcada em acordos políticos das elites locais para a manutenção do latifúndio, para a permanência dos privilégios de classe e do avanço capitalista no campo.

*Recebido em outubro de 2014, aprovado em dezembro de 2014.*

### *Referências Bibliográficas*

AJARA, C, FIGUEREDO, A. H., BEZERRA, V. M. C., BARBOSA, J. G. *O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53 (4): 5 - 48, out./dez. 1991. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Relatório Final do Parque Nacional do Araguaia*. Brasília, 2001. CAVALCANTE, M. do E. S. R. *O discurso autonomista do Tocantins*. EDUSP, Goiânia, 2003.

BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CONORTE, *Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano*. 26º lançamento do Manifesto do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional. Brasília, DF, 13 de maio de 1982.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanbais*. 2. ed. rev. Belém: UFPA/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.

IBGE. *Censo Demográfico 1940-2010*. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>. Acessado dia 04/10/2013.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4<sup>e</sup> éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início – fev.2006.

LIRA, E. R. *A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia legal*. Goiânia, GO: Kelps, 2011.

MACHADO, L, O. *A fronteira agrícola na Amazônia brasileira*. Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, n.2, 1992.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. *O Sertão: um outro geográfico*. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec. 2002.

NOGUEIRA, C. E. *A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (9). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>>. Acessado em 12/07/2013.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, (6), p. 113-140, 1996.

OLIVEIRA, R. *O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 1998.

RAMA, A. *A Cidade das Letras*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4a. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. *Economia Espacial*. Hucitec, 1979.

SILVA, L, O. *Acre em dois tempos*: a luta pela terra na fronteira Ocidental. In: *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos*. Campinas: UNICAMP, p.70-103, 2007.

TOCANTINS, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário. *Tocantins: Vantagens Produtivas, Potencial de Produção*. Palmas, TO. 2012

VIEIRA, Alberto, 2013, *Bibliografias-Fronteira*, Funchal, CEHA. Disponível em: [http://www.academia.edu/3187587/Bibliografias-Terra\\_de\\_Fronteira](http://www.academia.edu/3187587/Bibliografias-Terra_de_Fronteira). Acessado em 14/10/2013.